



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 07/2021

Data da Sessão Ordinária

28 de dezembro de 2021

Início

20:00 horas

Termo

23:00 horas

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Auditório do Centro Ciência Viva de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cento e oitenta e um, de treze de dezembro de dois mil e vinte e um.-----

Nesta sessão estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Carla Alexandra Pereira Silvério, Júlia Maria Gonçalves de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, António João Samarra Pereira e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo e Paulo Gameiro Sena Freitas.-----

Faltaram a esta Sessão as Senhoras Deputadas Municipais; Maria Teresa Braz de Matos Gaspar e Vanessa Isabel Nascimento Almeida, tendo apresentado justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques.-----

Faltou a esta Sessão a Senhora Vice Presidente Maria Helena Soares Roxo, tendo apresentado justificação.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia.-----

Uma vez que a Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária, não esteve presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, para ocupar o lugar de Segunda Secretária.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por pedir à Senhora Primeira Secretária para ler a Ata número cinco, de nove de outubro de dois mil e vinte e um, da Constituição da Mesa, para o mandato em curso, uma vez que a seguir ao ato de tomada de posse, e após a sua eleição, não tinha sido lida nem aprovada em minuta.-----

Não havendo qualquer objeção, depois de lida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a mesma a votação, sendo esta aprovada por unanimidade.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia nove de outubro e vinte e oito de dezembro, de dois mil e vinte e um.-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), referindo que pretendia apresentar a seguinte questão; - Os eleitos nesta Assembleia nem sempre tinham em casa, meios disponíveis para fazerem os trabalhos que à Assembleia diziam respeito, de forma desejável e conveniente. Naquele mesmo dia, ela própria não tinha conseguido imprimir em casa os documentos que trazia para a Assembleia. Pedia compreensão pelo facto das intervenções que iria fazer serem através da leitura no seu telemóvel. Era em seu entender necessário refletir-se um pouco sobre como agilizar algumas destas situações porque, nem todos possuíam equipamentos pessoais que lhes servissem de apoio. Solicitando uma resposta que pudesse ajudar no trabalho futuro.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), para em nome da sua Bancada, apelar para que no decorrer do atual mandato, fosse cumprido o artigo 35.º, ponto 2 do Regimento da Assembleia Municipal. Como a maioria dos presentes sabia, tinham ficado por aprovar duas atas do mandato anterior.----

Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, eleito como Deputado no mandato anterior, sabia muito bem que era extremamente difícil transitar de um mandato para outro, sem Atas em atraso. Tinha havido um grande esforço para que fosse evitado, mas não tinha sido conseguido. Também tinha tido em mandatos anteriores, a mesma sensação que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos. Confrontado com a realidade, verificou que se tratava de um esforço hercúleo. Gravações extensas serem resumidas ao essencial, não era tarefa fácil. A única coisa que poderia prometer,

era faze-las e disponibiliza-las num espaço de tempo que fosse humanamente possível. As Atas eram feitas a partir da gravação, algumas vezes deficiente, sendo necessário recorrer aos apontamentos tomados pela Mesa da Assembleia. Com uma única Técnica para fazer a audição da gravação e transporta-la para o papel, não estando em exclusividade a trabalhar para a Assembleia. Para agravar a situação, a Técnica tinha tido alguns problemas de saúde que a impediram de trabalhar, assim como, dias de férias. Lembrou que, no final de cada sessão das Assembleias Municipais, as Atas eram sempre aprovadas em minuta, a partir daí, passavam a produzir efeito. Sempre tinha sido assim no passado e sempre tinham ficado Atas de mandatos anteriores apenas aprovadas em Minuta. Aceitava a crítica e a única coisa que pedia a todos era compreensão.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para agradecer o convite da Fundação FEFAL feito a todos os Deputados Municipais, para formação online. Muitos tinham participado, apesar de ser direcionada para os novos eleitos. Ela própria, que já desempenhava funções de Deputada Municipal há alguns anos, tinha aprendido bastante.-----

Pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que compreendia as razões mencionadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para os atrasos na apresentação de algumas Atas, no entanto, não se sentia confortável perante as pessoas que nele tinham confiado com o seu voto quererem consultar uma ata e ela não estar disponível, dando para o efeito alguns exemplos. Concluiu, dizendo que não se sentia confortável com esta situação, porque não estava a cumprir com os deveres que lhe tinham sido confiados.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que não existiam atas do mandato anterior para aprovar. Todas as atas estavam digitalizadas, e colocadas online. Nas últimas duas, tinham sido colocadas apenas as Minutas porque era seu entender e de muitos juristas, que não fazia nenhum sentido que as duas atas referidas fossem colocadas a aprovação neste mandato, com Deputados que não tinham feito parte do mandato anterior. Relativamente à Ata da sessão de dezassete de dezembro, pelas razões que anteriormente tinha referido, tinha sido humanamente impossível traze-la para esta assembleia. Referiu ainda, que o que se passava hoje com as Atas, não era diferente do passado. Ele próprio, já tinha feito no passado as mesmas críticas que o Senhor Deputado Municipal fazia naquele dia! Aceitava a crítica e tentaria para futuro, alterar o que fosse humanamente possível.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (CDU), informando que a Bancada da CDU tinha uma Moção para apresentar, designando-se por

“Devemos congratular-nos com os cuidados de saúde no Concelho de Constância?!”-----

A mesma fará parte integrante desta Ata como, **Anexo I**.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a presente Moção a votação para aceitação e discussão.-----

A Moção foi aprovada para discussão por maioria, com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério (PS).-----

No período da discussão, pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), dando conhecimento que no dia anterior tinha reunido a Comissão do Médio Tejo, e este tinha sido um dos assuntos abordados. Pelo que tinha ouvido, embora o Concelho de Constância não estivesse bem, verificava que se tratava de um problema transversal a todos os Municípios do país e, o Concelho de Constância, não estando bem, estava longe de ser prioritário. A falta de médicos era um problema estrutural e não se formavam médicos de um dia para o outro. O equilíbrio tinha que ser pensado com uma distância de gerações. António Guterres, atual Secretário Geral da ONU quando era Primeiro Ministro, tinha tomado algumas medidas ao nível do ensino superior sobre os *numerus clausus* dos médicos. Se não tivesse tido essa visão, hoje estaríamos pior, porque foi no governo do António Guterres que tinha havido um alargamento do número de vagas em medicina. A falta de médicos era um problema que continuaria a agravar-se, porque, com a chegada da idade da reforma, a tendência era essa. De acordo com o que tinha ouvido na reunião da Comunidade Intermunicipal, existiam concelhos com mais população do que Constância, com problemas mais acentuados.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), para referir que este assunto estava de facto na ordem do dia. Não era um problema infelizmente exclusivo do concelho de Constância, era um problema que afetava todo o país e, não era o facto de na Comunidade Intermunicipal se ter falado neste problema que o mesmo deixava de existir. Se comparado com outros concelhos o concelho de Constância ainda tinha médicos, e ainda estava bem, então, alguma coisa se passava de muito mau no resto do país! O concelho de Constância com médicos, conseguia ter pessoas a irem para o Centro de Saúde muito cedo para apanharem seis vagas de recurso; não haver agendamentos, terem consultas só da parte da tarde, terem que ficar desde as onze horas da manhã até ao período da tarde à espera que viesse um médico para as consultar e sem poderem ir a casa comer para não perderem a vez. Não conseguia compreender a situação do “estar bem”! Como é que os médicos só faziam Planeamento Familiar e consultas Materno-infantis e as pessoas ficarem três meses à espera de agendamento de consulta? Para concluir, referiu que em Constância os problemas da prestação dos cuidados de saúde não eram só a falta de médicos, também a falta de

enfermeiros, de auxiliares de ação médica e administrativos. Falava com conhecimento de causa porque era utente do Centro de Saúde de Constância. Tratando-se de um problema essencialmente estrutural, o Partido Socialista há seis anos no poder, já o deveria ter resolvido. Era altura de todos mostrarem a sua indignação, para que se salvasse o Serviço Nacional de Saúde que era um exemplo para o mundo. Terminou, referindo que a Moção provavelmente não resultaria em nada, mas pelo menos tinham feito aquilo que lhes competia; defender os interesses dos concidadãos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), referindo que a Moção apresentada pela Bancada da CDU, que referia a dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, a compreendia e concordava no essencial, no entanto, não concordava com a permanente tentação da sua politização. A apresentação desta Moção, caía mais uma vez naquilo que era apanágio da CDU, demasiado tendenciosa. Não terem em atenção aumento da esperança de vida e o momento que ainda se vive de pandemia exigindo ajustamentos drásticos nas prioridades, era uma tentativa de aproveitamento político, ignorando a realidade.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo-se à intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim CDU), dizendo que ninguém nesta Assembleia deixaria de apoiar os utentes do Centro de Saúde de Constância, o que estavam a discutir, como tinha referido o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), era a atenção ou falta dela quando se apresentavam estas Moções e, a interpretação e o efeito que elas poderiam ter. Era em seu entender uma intervenção muito politizada e, quando referia que a situação de Constância não era grave comparada com concelhos com muito mais população e menor resposta, não queria dizer que o problema de Constância não fosse muito grave! Também pretendia referir que apesar de todas as dificuldades, as respostas dadas pelo Serviço Nacional de Saúde à pandemia, deveriam ser motivo de satisfação. O Serviço Nacional de Saúde era pago pelo Orçamento do Estado como todos os serviços públicos. A saúde era cara e paga com os nossos impostos e, quando se criticava o governo por se pagarem muitos impostos, ficavam esquecidas as despesas que advinham dos serviços aos quais se exigia mais, como eram os casos da saúde, instalações, segurança, educação, etc.. Tudo tinha que ser pago e esses recursos custavam dinheiro, não bastava reivindicar, ou seja, existiam coisas que deixariam de ser feitas para poderem ser feitas outras. A Bancada do Partido Socialista não iria deixar de apoiar a Moção, para não se ficar com a ideia de que não queriam que os utentes do Centro de Saúde de Constância deixassem de ser atendidos por falta de médicos. Estavam todos de acordo que os serviços de saúde do Centro de Saúde de Constância estavam a necessitar de mais médicos, era

uma realidade.-----

Pedi a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para deixar duas notas que considerou importantes; em primeiro lugar, independentemente de uns serem socialistas e outros comunistas, deveria ser uma preocupação transversal a todos a falta de médicos de família, não só no concelho de Constância, como no resto do país, merecedora de uma resposta diferente por parte do governo fosse ele qual fosse. Por outro lado, referiu que era um dos assuntos que ocupava a Câmara Municipal e a ele enquanto Presidente, a situação que se vivia no concelho no acesso à saúde, mas também era preciso que todos entendessem que existiam um conjunto de aspetos que não estavam ao alcance da Câmara Municipal, nem desta nem de nenhuma outra resolver. Em segundo lugar, quando se falava que o Serviço Nacional de Saúde contratava médicos em prestação de serviços e todos preferirem esta situação em vez de pertencerem aos quadros dos hospitais, só se alteraria em seu entender, quando se fizesse uma revisão da carreira médica, valorizando-a, atualizando o estatuto remuneratório por forma a que fosse benéfico para um médico ter uma carreira médica no quadro do Serviço Nacional de Saúde e não em prestação de serviços. Enquanto essa alteração não acontecesse, assim como outras, como a do investimento feito pelo Estado Português na formação dos médicos e a retribuição que estes deveriam dar ao País em retorno, o problema persistiria. A revisão do estatuto da carreira médica deveria ser valorizada através do salário e, enquanto não se conseguisse que muitos dos recursos humanos fugissem para o sector privado, continuaria o problema, com tendência para se agravar. O apelo que deixava à Assembleia Municipal era que se tratava de um problema que deveria mobilizar todos em conjunto e não ser um assunto partidário ou ser bandeira deste ou daquele partido. Deveria ser uma bandeira de todos. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta Moção a votação, sendo a mesma aprovada por maioria com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério (PS). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs duas alterações à Ordem de Trabalhos; - Alterar a redação do Ponto 6, e acrescentar um novo ponto – (Designação de dois elementos para integrarem o Conselho Municipal de Juventude).-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público:-----

2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta dos documentos previsionais para o período de 2022 a 2026 (orçamento e grandes opções do plano) – Para deliberação; ----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de mapa de pessoal para o ano de 2022 – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração modificativa (3ª alteração) aos documentos previsionais de 2021 a 2025 – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de concessão do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo – Revisão do contrato interadministrativo CIMT/Municípios – Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Recomendação apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para adesão do Município de Constância à Associação Nacional de Assembleias Municipais – Para deliberação; -----
7. Lei nº 52/2019, de 31 de julho -. Regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos – Para conhecimento; -----
8. Designação de dois elementos a indicar pelas duas forças políticas com representação na Assembleia Municipal de Constância, para integrarem o Conselho Municipal de Juventude;-----
9. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
10. Outros assuntos de interesse;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Solicitaram a palavra os seguintes cidadãos: -----

Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, cujo assunto dizia respeito à Extensão de Saúde de Montalvo;-----

Senhor Luís Freire, de Santa Margarida da Coutada, cujo assunto dizia respeito à Grande Rota do Tejo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, começando este por abordar a Inauguração da Extensão de Saúde de Montalvo com a presença do Senhor Secretário de Estado da Saúde. Sendo um cidadão português tinha os seus direitos. Na reunião de Câmara seguinte, tinha sido dito, que tinha estado na inauguração, um eleito a fazer “uma figura triste”, pelo que vinha a esta Assembleia Municipal explicar porque tinha estado lá a fazer essa “figura triste”.-----

Atendendo à longa intervenção do Senhor Álvaro Alves, transcreve-se na íntegra a sua intervenção.-----



“Vou só entrar em dois pormenores que nada têm a ver com o assunto, mas terão muita influência. Como é que o dinheiro é gasto e como é que 40% do orçamento vai para os privados? A minha esposa está amputada das duas pernas, da primeira vez, o doutor disse-me; a tua esposa tem que ir a Lisboa à câmara hiperbárica fazer tratamento, ao hospital do Exército ou da Marinha, porque senão ela não se safa! A minha esposa não conseguiu ir. Foi lá sim, mas depois de eu ter ido a Torres Novas fazer barulho com o doutor responsável que me disse; se tens vindo há um mês atrás talvez ela se safasse, mas pronto. Aquilo passou e nós temos que nos calar infelizmente porque precisamos do sistema.-----

A seguir, na segunda perna, a minha esposa teve uma infeção rápida, teve que ser amputada e foi transferida para Tomar. Passados dois meses ligou-me, podes vir buscar-me para ir para casa, ao que respondi; da primeira vez já foi difícil agora não consigo trazer-te. Entretanto, tive que ligar aos Bombeiros de Constância, porque o hospital não arranjou uma ambulância para levar a minha esposa para casa. Mas o Senhor Santana Lopes, teve um acidente de automóvel e teve duas ambulâncias de serviço e um helicóptero, o que é uma coisa assim extraordinária. Mas, da primeira vez, o senhor da TVI que metia umas coisas para a veia e porque fazia novelas, foi lá à câmara hiperbárica e safaram-lhe a perna. Também para dizer que em Montalvo não há médico, mas no dia da inauguração estive lá uma doutora que é paga com o dinheiro dos contribuintes. Estive lá a fazer o quê? Não estive a consultar nenhum doente de Montalvo, parece que estive lá a fazer campanha, o que não vejo outro motivo para ela lá ter estado. Estive lá a fazer campanha ao Partido Socialista e quem a levou, foi a Câmara.-----

Pelo que queria dar uma palavra diretamente para o Senhor Presidente da Câmara, isto a nível nacional não se resolve de maneira nenhuma, os Presidentes de Câmara têm que ter força e pulso e juntarem-se aos socialistas, ou seja, de que partidos forem e obrigarem o Governo a gastar o dinheiro no serviço público, não no serviço privado como está a acontecer, muito dinheiro gasto no serviço privado, quem tem dinheiro safa-se, quem não tem o Serviço Nacional de Saúde fica pelo caminho”.-----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Freire.-----

No uso da palavra, o Senhor Luís Freire começou por referir que no passado dia dezoito de dezembro, tinha feito uma atividade no Agrupamento de Escuteiros, com miúdos dos catorze aos dezassete anos. Tinha ido ao Posto de Turismo pedir o folheto disponível para fazerem a Rota pedestre de Constância até Abrantes. Como era uma Rota publicitada em todo o Médio Tejo, pensavam que estaria em condições e transitável. Qual tinha sido o seu espanto, que não estava; faltavam marcações da zona da Quinta da Légua, onde tinha



marcado o primeiro encontro com o pessoal. Da Quinta da Légua até Rio de Moinhos não se conseguia passar. Após mais de quarente e cinco minutos à espera para ver de onde vinham os miúdos, tiveram que os mandar para a Estrada Nacional 3. Para seu espanto, tinha surgido o proprietário do terreno da Quinta da Légua, questionado onde era a rota “A grande Rota do Tejo”, a resposta do Senhor tinha sido *“há dois anos que não existe, porque há dois anos que não é limpa”*. A questão que pretendia apresentar era a seguinte: de quem era a responsabilidade de manter a Rota transitável, com sinalética, marcos e demais seguranças?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às considerações que o Senhor Álvaro Alves tinha proferido nesta Assembleia assim como, à questão apresentada pelo Senhor Luís Freire.- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por comentar as considerações apresentadas pelo Senhor Álvaro Alves, referindo o seguinte: como tinha sido explicado no local aquando da inauguração da Extensão de Saúde de Montalvo, os profissionais de saúde do Centro de Saúde de Constância e das Extensões de Saúde de Santa Margarida e de Montalvo tinham sido convidados a estarem presentes. A Dr.^a Elisabete não tinha estado, porque se encontrava de férias. Do que se recordava da reunião de Câmara mencionada, não se tinha referido ao Senhor Álvaro Alves como fazendo figura triste, o que tinha proferido e mantinha, tinha sido o aparato e o modo como o Senhor Álvaro Alves se tinha dirigido ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e restantes entidades, envergonhavam o Concelho e a freguesia de Montalvo, uma vez que a postura de um eleito da Assembleia de Freguesia como era o caso do Senhor Álvaro Alves, por mais irritado e por mais razões que tivesse, não deveria ter tido aquela postura.- Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Luís Freire, o que estava definido era o seguinte: cada Concelho tinha a obrigação de limpar e manter os caminhos das Grandes Rotas. Estava aprovada uma candidatura para a substituição dos marcos de sinalização das Grandes Rotas. Como a questão levantada ficava no concelho de Abrantes, iria sensibilizar o colega de Abrantes para aquela situação. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO DE 2022 A 2026 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o

orçamento municipal para o próximo ano, totalizava o valor de oito milhões e quatrocentos mil euros e, continha um conjunto de prioridades definidas; - Acessos ao Centro Escolar de Montalvo, Requalificação da Avenida das Forças Armadas e Largo Heitor da Silveira, continuidade da aposta na área da educação num conjunto de apoios ao Agrupamento de Escolas, continuar a apoiar o movimento associativo do concelho e as IPSS Santa Casa da Misericórdia de Constância e Bombeiros Voluntários. Era um orçamento que valorizava os trabalhadores da Câmara Municipal através da atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade e, um conjunto de reclassificações de trabalhadores que seriam efetuadas no próximo ano, explicadas aquando da discussão do mapa de pessoal. Um orçamento que para além de todas as questões já plasmadas no respetivo documento com valores atribuídos, tinham um conjunto de rúbricas abertas com valores simbólicos, preparados para futuros projetos que poderiam surgir no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), bem como, na área do novo Quadro Comunitário de Apoio, que continha um conjunto de outros projetos em fase de projeto ou, desenvolvimento de projeto.-----
Deu conta que tinha sido um orçamento difícil de construir, por duas razões fundamentais que já tinha referido numa Assembleia anterior e que repetia; Não saber o que iriam receber do Orçamento Geral do Estado, com o município a depender deste apoio em cerca de setenta por cento e, a instabilidade provocada pela situação pandémica que poderia trazer uma crise económica e social. Era um orçamento virado para as pessoas, para aquilo que era a afirmação do concelho e a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.---
Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes (PS), questionando se nas (GOP) Grandes Opções do Plano, no melhorar do sistema de Saneamento, estava ou não previsto alguma intervenção para o Saneamento Básico na localidade da Pereira? -----
Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira (CDU), referindo que pretendia questionar sobre as requalificações de obras em Santa Margarida da Coutada; no documento apareciam requalificações de Ruas naquela Freguesia, pretendia saber quais Ruas?-----
Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que, relativamente ao documento apresentado e lendo atentamente a introdução do mesmo, o que saltava à vista, eram afirmações desculpabilizantes da inércia do atual executivo. Não poderia deixar de manifestar a sua perplexidade e preocupação pelas palavras fortes utilizadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua introdução, como era o caso da palavra “castração”. O Orçamento de dois mil e vinte e um, fazia alusão à requalificação da Rua Principal na Aldeia de Santa Margarida com uma verba inscrita de cem mil euros, que citava; - “por outro lado pretendemos requalificar a Rua

Handwritten signature and initials in blue ink.

Principal na Aldeia de Santa Margarida da Coutada, uma intervenção que passará pela substituição da conduta de água, repavimentação e construção de passeios pedonais onde for possível". Aquando da discussão do Orçamento, a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha tido dúvidas, achando ambiciosa aquela intenção, questionando na altura o Senhor Presidente da Câmara Municipal. A resposta obtida tinha sido a seguinte: - "quanto à requalificação da Rua Principal na Aldeia, a designação tinha sido essa porque a intervenção iria ser na Rua Principal, no entanto, o objetivo era requalificar desde a Rua das Hortas até à entrada da Rua Padre Esteves". Hoje, a obra não existia e projeto não sabia! Para sua grande surpresa, a introdução do orçamento para dois mil e vinte e dois, fazia a alusão ao que passava a citar; "constam rúbricas abertas para o desenvolvimento do projeto para a requalificação da Rua Principal e Estrada Nova das Hortas na Aldeia de Santa Margarida". Questionava, seria desta vez? A CDU tinha muita dificuldade em perceber e aceitar a gestão e conduta do executivo como era óbvio e questionava se, no próximo ano, iriam ter estudos e projetos para requalificar as ruas, nomeadamente Rua das Hortas, Rua Principal, Estrada Nova das Hortas e Rua da Fonte, todas elas na Aldeia de Santa Margarida? Quanto à urbanização na Aldeia de Santa Margarida, qual a localização exata dos quarenta lotes anunciados no discurso de início de mandato feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e se já existia estudo e projeto? Para quando a previsão do início da execução da obra? Para terminar, aproveitava a oportunidade para felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua mudança de posição sobre esta matéria. Por fim, questionou se já existia estudo e projeto para uma nova solução para o saneamento do lugar da Pereira?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que deixaria a questão do Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes (PS), para responder em conjunto com a questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU).-----

Relativamente à questão transversal colocada pelo Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira (CDU), questionando que ruas estavam perspectivadas para requalificar na Aldeia de Santa Margarida, respondia que eram a Rua Principal, Rua das Hortas e Rua da Fonte, eram essas três ruas que estavam perspectivadas para serem requalificadas, se constava no documento Estrada Nova das Hortas, tinha sido lapso colocado no documento, pelo que pedia desculpa pelo erro que seria retificado. Estas obras ainda não estavam executadas, mas já estava feito o estudo prévio e, o projeto de execução estaria pronto durante o próximo ano.-----

Sobre as considerações que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), tinha feito sobre a introdução do documento, referiu que ainda era livre para escrever e manifestar a sua opinião. Mal estaria se, a parte fundamental do documento fosse a introdução! Relativamente à requalificação da Urbanização Municipal na Aldeia de Santa Margarida e dos quarenta lotes, o local era o que já estava perspetivado, com uma pequena alteração ao projeto. Contavam que no início de janeiro fosse entregue o projeto de execução na Câmara Municipal. Em sua opinião, estas tinham sido as questões diretas, o resto tinham sido considerações que respeitava. Apenas gostaria de referir que nem sempre aquilo que era projetado fazer ao longo do ano era concretizado, assim como, pela urgência, eram executados outros. -----

Relativamente há questão do Saneamento Básico, respondendo às questões do Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes (PS) e do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referiu o seguinte: - Constava no documento a nível de saneamento básico para o próximo ano, resolver o problema estrutural da ligação dos esgotos da Vila à **ETAR** do CAIMA. Este emissário de ligação dos esgotos, era um investimento de mais de duzentos e trinta mil euros e era o único que estava inscrito a nível de saneamento.-----

Relativamente ao lugar da Pereira, disse não entender a questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, e, da CDU-Coligação Democrática Unitária, uma força política que tinha estado trinta e dois anos a gerir o concelho, numa altura em que havia financiamento comunitário para fazer tudo e mais alguma coisa a nível do saneamento, e não o tinham feito e agora, ao fim de quatro ou cinco anos fora do poder, lembraram-se e insistiam naquela ideia. O problema da Pereira não estava esquecido, mas não seria no próximo ano que seria resolvido. O Orçamento não esticava, era necessário estabelecer prioridades e a prioridade agora era a ligação dos esgotos da Vila à **ETAR** do CAIMA, desafiando a oposição CDU-Coligação Democrática Unitária a discutir as prioridades, o que é que não faria e, onde era possível ir buscar o dinheiro. Aquilo sim, era uma oposição construtiva! Infelizmente não era aquela a posição da oposição nesta assembleia Municipal.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual era a receita e a despesa decorrentes da assunção de competências relativas à Saúde e à Ação Social, que seriam aplicadas no próximo mês de abril e, relativamente à Educação, qual era a receita? No documento não tinha conseguido ver.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), questionando se a localização dos quarenta lotes mencionados

anteriormente, eram na zona envolvente ao Centro Escolar de Santa Margarida, porque existiam outros espaços para urbanizar. Relativamente ao saneamento na Pereira, a sua questão era apenas saber se estavam a estudar uma nova solução.-----

Em resposta à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu: nas receitas e despesas na área da Educação, o impacto maior era no pessoal, totalizando aproximadamente quinhentos mil euros. A manutenção e conservação, estavam diluída nas respetivas rubricas e rondariam os duzentos mil euros. Totalizando os custos com a Educação, aproximadamente em setecentos mil euros. Relativamente à Ação Social, estava considerada uma receita a rondar os trinta mil euros. Relativamente à Saúde, ainda não estava incluída neste orçamento, nem receita nem despesa. De acordo com as necessidades, seria feita uma revisão ao orçamento a tempo de assumir essa competência, uma vez que essa competência ainda não tinha sido aceite, tinham até abril para o fazer.-----

Relativamente às outras questões que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), tinha colocado, o que tinha a referir era o seguinte: relativamente à questão da urbanização, sim era junto ao Centro Escolar de Santa Margarida; quanto à questão do saneamento da Pereira não tinha mais nada a acrescentar. Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo que algumas questões que diziam respeito à assunção de novas competências e seus custos já tinham sido respondidas anteriormente. Não poderia deixar de elogiar o documento e o trabalho técnico. Um documento bem apresentado e bem explicado. Deixava apenas uma sugestão; para um próximo documento, sugeria para melhor identificação e acompanhamento na discussão, a numeração da primeira à última página. Também gostaria de saber que impacto financeiro teria para o Orçamento Municipal nas despesas com pessoal, o subsídio de penosidade e insalubridade?-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), questionando se o emissário para o CAIMA, seria só com receita própria da Câmara Municipal ou, teria algum financiamento comunitário, ou outro?-----

Em resposta às questões apresentadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou pela questão que a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), tinha colocado relativamente ao subsidio de penosidade e insalubridade e o seu impacto financeiro nas despesas com pessoal. De acordo com os estudos feitos até ao momento, rondaria os trinta mil euros por ano. Para além desta despesa com pessoal, acrescentaria o aumento do salário mínimo nacional, com um impacto anual nas despesas com pessoal em aproximadamente quarenta e seis mil euros e, o reposicionamento no

âmbito do SIADAP que teria um impacto de trinta e quatro mil euros. Valores todos somados, teriam um impacto nas despesas com o pessoal, a rondar os cento e dez mil euros no orçamento de dois mil e vinte e dois. -----

Relativamente à questão que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), tinha colocado, referiu que tinham dois financiamentos para esta intervenção; o governo tinha aberto uma linha de financiamento na altura da tempestade “Elsa”, essa tempestade tinha contribuído para o rombo do emissário. Tinha sido feita na altura uma reparação e apresentada uma candidatura a essa linha de apoio. O executivo contava na altura, com um apoio a rondar os cinquenta por cento que não aconteceu, porque as candidaturas eram muitas e a dotação era pequena. Tinha conseguido um apoio de aproximadamente vinte e cinco por cento. Depois de uma reunião com a Celulose do CAIMA, tinham obtido desta empresa, o compromisso em comparticiparem a obra com um valor a rondar os oitenta e quatro mil euros. Estes eram os apoios que tinham para a obra, ou seja, cerca de oitenta mil euros do CAIMA, e cerca de sessenta mil euros da Administração Central. O restante seria assegurado com receitas próprias da Câmara Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

A Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU) informou que a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha uma Declaração de Voto para apresentar. A mesma fará parte integrante desta Ata como, **Anexo II**.-----

PONTO TRÊS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2022 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do documento. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no documento do Orçamento, no separador 11.2, respeitante ao mapa de pessoal para o ano de dois mil e vinte e dois, começando pelo Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, estava um lugar a prover de um Técnico com Licenciatura em Direito. Como bem se recordavam, o Município tinha dois juristas no quadro de pessoal, o Dr. Mikael Dias que continuava ao serviço do Município e, a Dr.ª Ana Nogueira que tinha pedido mobilidade para a Universidade de Coimbra tendo consolidado essa mobilidade. Nessa altura, tinha sido feita uma prestação de serviços com uma Jurista para prestar serviços na Câmara Municipal, perspetivando-se abrir um procedimento concursal, para recrutar um jurista e eliminar a prestação de serviços atual.-----

Relativamente ao ponto da Proteção Civil e Segurança, estavam previstos cinco lugares de Sapador Bombeiro Florestal. Era uma situação que ainda mantinham no mapa de pessoal, por não estar devidamente esclarecida a legislação que, entretanto, tinha saído. Tinham decidido manter em aberto esta situação, caso houvesse algum esclarecimento ou alguma orientação para a possibilidade de fazer a reclassificação dos Sapadores Florestais da equipa atualmente a trabalhar no município.-----

Relativamente a um lugar de Gestão e Planeamento Urbanístico de Fiscal Municipal, era um lugar que já vinha de outros mapas de pessoal.-----

Na Divisão Municipal de Serviços Técnicos, havia um lugar a prover de Técnico Superior com Licenciatura em Engenharia Civil. Seria uma mobilidade dentro da Câmara Municipal com um trabalhador que tinha a categoria de Assistente Técnico e que passaria a Técnico Superior para a Fiscalização de empreitadas e obras por Administração Direta. Estava igualmente previsto um Assistente Operacional, procedimento a decorrer, para a contratação de um electricista. -----

No Ambiente e Serviços Urbanos, os dois lugares a prover de Assistente Operacional, estavam a decorrer para um coveiro e para um canalizador. Estava um lugar previsto de Técnico Superior para Ambiente e Serviços Urbanos, que acumulava com o Gabinete Técnico Florestal. Há cerca de sete anos que a Câmara Municipal mantinha uma prestação de serviços nesta área, quer de Engenharia do Ambiente, quer do Gabinete Técnico Florestal. Iria abrir um procedimento concursal para eliminar essa prestação de serviços.--

Nos Transportes e Comunicações, estava previsto um lugar a prover para motorista. Como era do conhecimento de todos, os motoristas na sua maioria, estavam com sessenta e muitos anos, aproximando-se a saída para a reforma. O mapa contemplava um lugar a prover.-----

Na Ação Social, Educação e Ensino Superior, havia um lugar a prover de Técnico Superior que contemplava uma mobilidade interna da Câmara Municipal de uma Assistente Técnica para Técnica Superior. Estava igualmente contemplado dois Assistentes Operacionais a prover para as escolas e, um lugar de Assistente Técnico para a Biblioteca Municipal, pelo facto de uma funcionária Assistente Técnica que lá trabalhava, a Senhora Leontina Jacob ter ido em mobilidade para Lisboa. Com o falecimento do Senhor José Pedro Lopes e, a trabalhadora que estava em mobilidade, Senhora Cristina Morais ter saído para o Instituto Politécnico de Setúbal, a ideia era abrir um procedimento para contratar uma pessoa.-----

Relativamente ao mapa de pessoal, era o que tinha para esclarecer. -----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto número três a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO QUATRO - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (3ª ALTERAÇÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2021 A 2025 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que embora pudesse parecer estranho vir uma alteração modificativa à Assembleia no final do ano, tinha uma justificação técnica que era a seguinte: tinha sido atribuído ao Município de Constância um prémio pela boa execução dos Fundos Comunitários, assunto já referido em assembleias anteriores. A autoridade de gestão tinha transmitido ao Município, que era possível usar esse prémio no reforço de alguma candidatura que já estivesse em execução no âmbito do PARU. Na altura, a ideia tinha sido reforçar a intervenção de substituição do pavimento na zona ribeirinha. Entretanto, a Autoridade de Gestão não tinha tido aquele entendimento e tinha lançado um novo aviso para o Município apresentar novos projetos para poder usufruir desse mesmo prémio pela execução dos Fundos, cerca de cento e trinta mil euros. Assim sendo, a CCDR tinha lançado o aviso, e o Município tinha pegado num projeto de dois mil e doze, do mandato do Presidente Máximo Ferreira, referente à requalificação do Largo, em volta da antiga Escola Primária de Constância, que incluía também a ampliação do Cemitério de Constância, considerada como de grande necessidade. Assim, o que vinha à Assembleia Municipal era uma revisão ao Orçamento para que fosse criada uma nova rubrica para atribuição de cabimento para aquela obra.--- Resumindo, esta Revisão era feita por forma a que a contabilidade no início do ano pudesse dar cabimento para a execução da obra. -----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO CINCO - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MÉDIO TEJO – REVISÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CIMT/MUNICÍPIOS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidenta da Câmara Municipal para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto já tinha vindo a uma Assembleia Municipal. Tinha sido lançado um concurso para a concessão deste serviço pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que tinha ficado deserto. Nenhum operador tinha aceiteado as condições do concurso. A CIMT, tinha reformulado o processo, “limado algumas arestas” e, vinha agora lançar novo concurso

para que fosse concessionado este serviço público. O que vinha a esta Assembleia, era uma nova delegação interadministrativa da delegação da respetiva competência na Comunidade Intermunicipal. -----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

PONTO SEIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer uma introdução sobre o assunto e ele mesmo fez a apresentação da Recomendação. A mesma fará parte integrante desta Ata como, **Anexo III**.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção relativa a este ponto. -----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referindo que há três anos, esta Assembleia Municipal tinha votado por unanimidade não aderir à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Na altura, tinham entendido os Deputados, que a Associação tinha acabado de surgir, não se conhecia muito bem qual era o seu objeto e, no que é que se diferenciava da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Hoje, com o conhecimento que tinham do trabalho da Associação e tal como era sugerido na “Recomendação”, iriam votar favoravelmente.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes (PS), para referir que a “Recomendação” feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais, era uma forma de valorizar e dignificar a Assembleia Municipal bem como, todos os eleitos que democraticamente dela faziam parte, defendendo de forma legítima o poder local, potenciando, divulgando e contribuindo para a construção coletiva do reforço da cidadania ativa do município. Assim, era seu entendimento, que a Assembleia Municipal como órgão dotado de poderes legislativos visando a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, aderisse à Associação Nacional de Assembleias Municipais, para responder de forma eficaz, concreta e transparente às preocupações e aspirações de todos os munícipes.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta “Recomendação” a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE - LEI Nº 52/2019, DE 31 DE JULHO – REGIME DO EXERCÍCIO DE

**FUNÇÕES POR TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS CARGOS PÚBLICOS
– PARA CONHECIMENTO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, apenas pretendia dar conhecimento que o Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques, desempenharia no Executivo Municipal as funções a meio tempo, estando o restante tempo no desempenho da sua atividade profissional (Farmacêutico).-----

Não havendo comentários, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO OITO - DESIGNAÇÃO DE DOIS ELEMENTOS A INDICAR PELAS DUAS FORÇAS POLITICAS COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as duas Bancadas, do Partido Socialista e da CDU-Coligação Democrática Unitária, se tinham nomes para apresentar?- A Bancada do Partido Socialista apresentou o nome da Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou o nome da Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva.-----

Não havendo necessidade de votações, ficaram designadas as Senhoras Deputadas Municipais indicadas pelas duas forças políticas.-----

PONTO NOVE - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), para referir o seguinte: na informação em análise, estavam mencionadas muitas reuniões sem referirem de que assuntos se tratavam. Assim, pretendia questionar qual tinha sido o assunto tratado com o Senhor Gilberto dos Santos Mendes e com a APA?----- Referiu igualmente, que se não conhecesse as pessoas, quando referiam reunião com Márcio, era como se não existisse informação.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (CDU), referindo que na sequência do que a colega de Bancada já tinha referido, pretendia pedir um pouco mais de rigor, tendo em atenção que a informação se destinava à Assembleia Municipal.-----



Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), começando por felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal por projetar a abertura do concurso para a Loja do Cidadão de Constância.-----

No referido na página treze no eixo; **Ação Social, Saúde e Educação**, gostaria de saber se no âmbito do apoio aos arrendatários no regime de renda apoiada, tinha havido algum agravamento com a fase de pandemia? A mesma questão, relativamente ao cartão ABEM, se a fase de pandemia tinha agravado o número de beneficiários deste programa?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU); - a reunião com o Senhor Gilberto dos Santos Mendes, tinha sido para o voto antecipado. A reunião com a APA (Agência Portuguesa do ambiente), tinha sido para apresentação de um estudo prévio sobre o projeto do Museu dos Rios e das Artes Marítimas, junto ao Jardim Horto. Tinha sido uma primeira abordagem às diversas entidades que tinham que se pronunciar sobre o futuro projeto de execução desse Museu. Tinham recebido algumas chamadas de atenção da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente aquilo que eram as linhas mestras já definidas no estudo prévio e, era necessário fazer um conjunto de adaptações. A reunião tinha sido sobre aquele assunto. A questão colocada relativamente à reunião com o Senhor Márcio, seria um aspeto a melhorar no futuro. Para quem não soubesse, o Senhor Márcio era quem estava a explorar os Pezinhos do Rio e a reunião tinha sido no âmbito da exploração da Esplanada daquele espaço.-----

Quanto às questões ou observações que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) tinha colocado, referiu: - sobre a Loja do Cidadão, todos os Presidentes de Câmara tinham esse desejo de colocar nos seus municípios uma Loja do Cidadão. Uma coisa era, a vontade, outra era a possibilidade de haver financiamento. Ainda não era um dado adquirido e estavam nesta fase a desenvolver o anteprojecto e o estudo prévio porque, tinha conhecimento que iria abrir uma candidatura a Fundos Comunitários no início do próximo ano. Referiu igualmente que só a vontade do Município não chegava, dependia de muitas outras entidades.-----

Relativamente aos apoios da renda apoiada, a situação mantinha-se sem alterações.-----

Relativamente à ajuda para a aquisição de medicamentos, cartão ABEM, tinham surgido mais dois apoios de pessoas que nunca tinham apresentado o formulário, se o tivessem apresentado há mais tempo já teriam tido aquele apoio.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO DEZ - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que no Estradão entre a Pinheira Francesa e o cruzamento para a Pereira, a valeta era inexistente na zona mais baixa do Estradão e estava a fazer com que a entrada das águas pluviais não escoasse para as linhas de água existentes. Em dias de chuva, formava-se um charco que cobria todo o Estradão, impedindo as pessoas de passar. Pelo conhecimento que tinha por passar no local com regularidade, há cerca de dois anos que não era feita qualquer intervenção no Estradão. Se a localização referida oferecesse alguma dúvida, oferecia-se para acompanhar os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada e da Câmara Municipal ao local.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (CDU), referindo que constatava que o Parque Infantil Adões Bermudes em Montalvo, se encontrava aberto, depois de terem sido detetadas algumas estruturas danificadas. O que questionava era o seguinte: existia algum certificado emitido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, que permitisse o Parque estar aberto? Se sim, questionava se poderia ter acesso ao mesmo?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), confirmando por conhecimento próprio a veracidade da questão colocada, referindo o seguinte: o Estradão entre o Açude e a Portela de Santa Margarida, não tinha sido requalificado na totalidade. A Câmara Municipal tinha feito várias intervenções naquelas zonas mais baixas onde se verificavam as acumulações de águas, com a retroescavadora do Município, a maior intervenção feita em Estradões, tinha sido em dois mil e vinte e um. O que estava prospetivado neste orçamento, era uma intervenção nos Estradões da margem norte, Constância e Montalvo e, o que faltava em Santa Margarida da Coutada. Logo que surgisse uma oportunidade, pelo menos um paliativo seria feito no Estradão mencionado.-----

Relativamente à questão que a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (CDU), tinha colocado, pediria aos serviços camarários para consultarem no Arquivo se, quando o Parque Infantil tinha sido construído (porque o Parque Infantil não tinha sido feito agora), tinha ou não Certificação.-----

Pedi novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), referindo que a sua intervenção tinha a ver com as obras de melhoramento na Vila, felicitando o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela intervenção na Avenida das Forças Armadas. Era um troço que necessitava de obras de melhoria, eliminando alguns obstáculos e barreiras que dificultavam a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Desconhecia se já estava ou não prevista para um futuro próximo a Requalificação da Praça Alexandre Herculano. Era uma zona nobre da Vila a precisar de algumas adaptações, nomeadamente, no melhoramento das acessibilidades a pessoas e bens.-----

Face à notícia das obras no Largo Heitor da Silveira e toda a zona envolvente, gostaria de saber qual a intervenção que estava planeada e como iria ficar aquele espaço? Se eram obras apenas para embelezamento daquela zona ou se, existia também a preocupação de facilitar a acessibilidade de pessoas e bens? Gostaria ainda de questionar se a intervenção prevista preservaria o pavimento existente, composto por seixo do rio, assim como a Rosa dos Ventos e, se estava prevista alguma medida de carácter arqueológico, uma vez que naquela zona era previsível surgir algum achado durante as obras. -----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira (CDU), para questionar o executivo sobre o que pretendia fazer às cerca de quarenta casas desabitadas na Aldeia de Santa Margarida, sendo também em sua opinião, um assunto de Proteção Civil, porque, muitas estavam em ruínas. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou pela questão que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), tinha apresentado sobre as obras da Avenida das Forças Armadas. A candidatura que tinha sido apresentada aos Fundos Comunitários no seu objeto principal, mencionava a eliminação das barreiras arquitetónicas e o melhoramento das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida. Na Avenida, estava prevista a requalificação dos passeios e a criação de mais alguns lugares de estacionamento, nomeadamente em frente ao Serviço de Finanças. O pavimento da Avenida seria mantido, ou seja, os passeios em calçada à portuguesa sem abatimento de árvores e, a estrada em si, com os paralelos já existentes em granito. Relativamente ao Largo Heitor da Silveira, o que estava prospetivado era; manter a Rosa dos Ventos e, junto ao muro do Jardim Horto, uma parte de seixo rolado. No restante Largo, seriam colocadas lajetas em granito ou uma imitação do mesmo. Ficaria um Largo amplo, preservando aquilo que eram os elementos com valor histórico do Largo. Relativamente ao acompanhamento arqueológico, deu a palavra ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Eng. Jorge Heitor.-----



No uso da palavra, o Senhor Eng. Jorge Heitor começou por referir que o acompanhamento arqueológico, à semelhança do que tinha sido feito no Largo Cabral Moncada e outras obras, embora não se perspetivando grandes reenchimentos em toda a obra, nos casos em que pudesse acontecer, seriam realizadas sondagens e, se surgissem achados, as obras seriam paradas de imediato e chamado um arqueólogo. Aquelas questões estavam todas previstas e salvaguardadas. Na última requalificação da Avenida das Forças Armadas há cerca de quinze anos, tinha sido feita uma caixa de pavimento com uma sub-base em tout-venant e só depois colocada a calçada existente. Como não se iria mexer na base, apenas substituir os lancis existentes que estavam degradados, por idênticos em pedra calcária, não lhe parecia necessário durante a execução dos trabalhos, contratar uma equipa de arqueólogos, como tinham feito no Largo Cabral Moncada. No Largo Heitor da Silveira, como iriam elevar o pavimento ligeiramente para ficar todo nivelado, com exceção na zona da Rosa dos Ventos, também não se perspetivava a necessidade de Arqueólogos.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), para referir que este assunto já tinha ido a uma reunião de Câmara no mandato anterior, quando era Vereadora. Era importante aproveitar os fundos comunitários, mas, neste caso, tinha-se absterido porque existiam questões no projeto com os quais não se identificava; o facto do projeto ficar cocho, ou seja, ser apenas na Avenida das Forças Armadas e não incluir a Praça Alexandre Herculano.-----

Um outro aspeto que não tinha sido referido, mas que lhe parecia útil, eram os estacionamento junto à antiga Farmácia, apenas para compensar a modernidade, servindo apenas como marca do executivo atual o Largo Heitor da Silveira e outros gostos pessoais. Era legítimo que uns gostassem e outros não. Se estava dentro do Plano de Salvaguarda, e se obedecia a tudo aquilo que era exigido aos particulares, teria mais a ver com o projetista e de quem gostava do projeto, no entanto, todos tinham o direito a ter opinião. Estava a circular uma Petição sobre o assunto, não sabia se já tinha chegado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, provavelmente não, porque senão, já teria dado eco dessa mesma petição. Relativamente às questões arqueológicas e na sua opinião, tratava-se apenas e neste caso em concreto, de uma opção política e não uma opção técnica. Relativamente às questões das obras do POMTEZE, pretendia apresentar uma questão e, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fosse muito claro na resposta: - tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que, afinal de contas, aquele pavimento não tinha sido participado. Também tinham surgido alguns problemas da responsabilidade ou não da Câmara Municipal, que levaram a que surgissem algumas vicissitudes na obra. O que pretendia saber era; desde o projeto colocado a



concurso à sua adjudicação e, durante a obra até à sua conclusão, quantas e quais as alterações que tinham sido feitas e quais as participações? Por último, apresentou um comentário/observação, sobre a vinda do Senhor Secretário de Estado da Saúde a Constância e à Barquinha, para fazer as inaugurações da praxe, numa obra a funcionar há oito meses. Tanto no nosso País como noutros, não era a primeira vez que se assistia e bem, a iniciativas de protesto de cidadãos comuns, manifestando o seu desagrado, assim como também algum agrado, e ainda bem que o faziam, colocando os seus problemas junto de quem tinha o poder para os resolver. Neste caso em particular, tinha ficado muito consternada com as observações que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha feito ao Senhor Álvaro Alves. Era evidente que ele desempenhava uma função política, eleito na Assembleia de Freguesia de Montalvo, mas, era perfeitamente aceitável, tendo em conta a situação familiar dramática do Senhor Álvaro e por tudo o que já tinha passado e continuava a passar. Portanto, em seu entender, não era vergonha nenhuma, nem tinha envergonhado Montalvo. Quem não tinha estado bem, tinha sido o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando nas suas intervenções, não tinha feito o retrato politicamente correto daquilo que eram os problemas de saúde no concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos comentários e questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal António José Pereira Samarra (CDU), sobre uma questão anterior, as casas desabitadas na Aldeia de Santa Margarida da Coutada. Era um problema preocupante o que se passava naquela Freguesia, muito em particular na Aldeia de Santa Margarida, onde se verificavam mais casas desabitadas, algumas delas em ruínas. Nestes casos de casas em ruínas perigando a via pública, os proprietários tinham sido notificados para demolirem ou fazerem obras. A própria Câmara Municipal já tinha solicitado a um proprietário com um imóvel naquelas condições uma proposta de venda à Câmara Municipal. Infelizmente, os valores pedidos eram simplesmente escandalosos, só ao nível dos Municípios de Cascais ou Oeiras.-----

Relativamente às questões que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), tinha colocado sobre o Largo Heitor da Silveira e Praça Alexandre Herculano, era verdade que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), se tinha absterido no projeto de execução, mas nessa mesma reunião de Câmara, ouvindo a gravação, quando a Senhora, na altura Vereadora, tinha questionado sobre a Praça Alexandre Herculano, tinha-lhe dito que a Praça seria provavelmente intervencionada aquando da realização da intervenção para a construção do Museu dos Rios e das Artes Marítimas. Queriam reaproveitar aquele projeto para requalificar toda

aquela rua que ficaria junto ao futuro Museu dos Rios (Rua Grande), bem como, a zona da Praça Alexandre Herculano.-----

Relativamente a outras considerações apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), muito haveria para falar sobre arqueologia e acompanhamentos arqueológicos, num conjunto de intervenções que tinham sido feitas há relativamente poucos anos. No Largo Cabral Moncada, quando fizeram o projeto e lançado a empreitada, não estava contratado nenhum arqueólogo. Como no decorrer das obras tinham sido descobertos achados que poderiam ter interesse arqueológico, a obra tinha parado e os arqueólogos tinham sido contratados para fazerem a intervenção que tinham que fazer.-----

Relativamente às obras no POMTEZE (Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere), das grandes intervenções que não tinham sido comparticipadas por Fundos Comunitários, tinham sido: o pavimento, não na totalidade, porque a rampa de acesso ao rio Zêzere estava incluída no projeto e tinha tido comparticipação e, o pavimento e o edifício de apoio ao Parque de Merendas. Tinham sido estas as intervenções que não tinham sido incluídas na comparticipação de Fundos Comunitários. -----

Quanto à questão da vinda do Senhor Secretário de Estado da Saúde, disse ter pouco para acrescentar ao que tinha dito anteriormente e mantinha. A Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim (CDU), já tinha sido Presidente de Câmara e, no exercício daquelas funções certamente que não gostaria de ouvir enquanto discursava, alguém a brinda-la com palavras menos próprias para o momento. Ninguém no exercício daquelas funções gostaria, viessem de que força ou movimento viessem! Haveria outras formas de se fazerem ouvir.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António L. F. F. de

Carla Silveira

Filipe Alexandre e Ana Amândia Fernandes

Anexo I

Moção

“Devemos congratular-nos com os cuidados de saúde no Concelho de Constância?!-----

-O compromisso da CDU com o direito à saúde e com a defesa do Serviço Nacional de Saúde vem de longe.-----

Por isso, defendemos que o combate à pandemia não pode condenar ao desprezo os níveis de saúde da população e a universalidade do direito à saúde.-----

Não podemos congratular-nos com a situação dos cuidados de saúde prestados à população do Concelho de Constância.-----

O funcionamento do Centro de Saúde é errante.-----

A linha telefónica de atendimento com frequência está incontactável e as consultas de vigilância, quando agendadas, têm meses de espera.-----

Não podemos congratular-nos apenas com a construção de unidades de saúde de cuidados primários mais modernas. As paredes até podem ter ouvidos, mas não têm certamente capacidade para cuidar da saúde de alguém. Damos o exemplo da recentemente inaugurada extensão de Saúde de Montalvo, quando o seu funcionamento é intermitente devido à carência de recursos humanos. Devemos congratular-nos quando os utentes chegam de madrugada para tentar garantir uma consulta de recurso no Centro de Saúde de Constância?-----

Não podemos congratular-nos com estatísticas que enaltecem o número de consultas realizadas, quando maioritariamente são teleconsultas que não permitem a adequada avaliação do doente ao excluir o seu exame físico.-----

Como podemos congratular-nos com a substituição da observação do doente por pedidos de exames complementares excessivos e que têm custos?!-----

Não podemos congratular-nos com a colocação de médicos sem especialidade, contratados por empresas de prestação de serviços e que não podem substituir o médico de família.-----

O Estatuto do SNS não pode dispor de alçapões legais para esconder objetivos que são lesivos do direito Constitucional à saúde e à capacidade acrescida do SNS, para assegurar a prestação adequada dos cuidados de saúde aos cidadãos.-----

Vimos reafirmar a necessidade de manter um Serviço Nacional de Saúde para todos os cidadãos melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra tentativas de o tentar dismantlar. É imprescindível investir nos recursos humanos. -----

E dignifica-los.-----

Reconhecer que apesar do esgotamento a que estão sujeitos, prosseguem o seu combate de todos os dias. São alicerces. -----

E é necessário organizar os cuidados de saúde não descuidando a qualidade e a humanização do atendimento.-----

Face à situação que se vive no Centro de Saúde de Constância, vimos por este meio apelar ao Governo a que se adotem medidas urgentes de modo a garantir à população a melhorias no acesso aos cuidados de saúde.-----

Sendo aprovada, esta moção deverá ser enviada para: -----

Sua Excelência o Presidente da República.-----

Sua Excelência Primeiro Ministro.-----

Sua Excelência a Ministra da Saúde.-----

Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde.-----

A todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.-----

À Comunidade intermunicipal do Médio Tejo.-----

Às Juntas de Freguesia do Concelho de Constância.-----

À Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Ao Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo.-----

À Comunicação Social.-----

Assembleia Municipal de Constância-----

Os eleitos da CDU”-----

Anexo II

Declaração de Voto

“ Documentos Previsionais para o período de 2022 – 2026 (Orçamento e Grandes Opções do Plano).-----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados pela actual maioria do partido Socialista que gere a Câmara Municipal reflectem a orientação política que a mesma pretende adoptar para o ano de 2022 e anos seguintes.-----

Tratando-se de um instrumento de gestão e de planeamento para o ciclo autárquico 2022/2026 coincidente com um período temporal promissor a nível de fundos comunitários, designadamente: encerramento do quadro comunitário Portugal 2020, a possível obtenção de financiamento com recurso à figura de overbooking” (ou seja a possibilidade de efetuar candidaturas nos próximos dois anos a fundos comunitários que não foram gastos), a Estratégia da União Europeia para o quadro comunitário 2021-2027 e a Estratégia Portugal 2030 e ainda o programa de Recuperação e Resiliência, seria expectável que fossem apresentadas ações convergentes com uma estratégia com visão de futuro para o desenvolvimento do concelho.-----

Contudo, após a análise dos diferentes documentos verifica-se uma contradição que confirma o que dissemos anteriormente ou seja: se por um lado é explicitado nas páginas 13 a 16 as Orientações Estratégicas 2022-2026 os documentos previsionais não reflectem acções e actividades que as consubstanciem.-----

Se não vejamos:-----

No eixo 1- Valorizar o investimento enquanto fator gerador de desenvolvimento e emprego é afectada uma verba de 10.007,00 euros cujo peso na estrutura do orçamento é de 0,12% e a ausência de verba significativa `a expansão da Zona industrial de Montalvo e à adopção de medidas de incentivo aos micro, pequenos e médios empresários e em particular ao comércio local do concelho.-----

No eixo 2- Melhorar a qualidade de vida enquanto factor potenciador de fixação de população e de estilos de vida saudáveis tendo peso na estrutura do orçamento 12% existem rubricas sub -orçamentadas como por exemplo Contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde estão abertas com um 1 euro, e a área do Covid 19 com 3.175,00 euros e ainda Serviços de Saúde com 1.750,00 euros. Valorizamos neste eixo o grande valor na educação não esquecendo, no entanto que a grande fatia é para refeições escolares e acções no âmbito do PEDilME com retorno financeiro por via da receita dos encarregados de educação e dos fundos comunitários respetivamente, não podendo deixar de destacar

pela negativa o peso de 55.000,00 euros em trabalhos especializados.-----

Em suma, vemos com muita preocupação a ausência de medidas concretas quanto à captação e fixação de população.-----

No eixo 3- Promover o planeamento, a gestão urbanística e a reabilitação urbana enquanto factor proporcionador de conforto e bem-estar cujo peso na estrutura do orçamento é de 17% corresponde a um investimento de cerca de 90% na sede do concelho a saber: 640.000,00 euros na requalificação da Av. das Forças Armadas e na rua do Moinho de Vento e na requalificação do espaço público à zona envolvente à antiga escola primária no valor de 298.000,00 euros só possível de aproveitar o financiamento no âmbito do PARU por haver um projecto em carteira dos anteriores mandatos autárquicos da CDU.-----

Neste eixo estratégico não podemos deixar de valorizar o recuo do sr. Presidente em investir na Urbanização da Aldeia embora permaneça a dúvida se é para inglês ver, já que as rubricas para o efeito estão abertas com 1 euro não se compreendendo que ao contrário de municípios vizinhos da nossa dimensão como por exemplo o Sardoal que conseguiu mais de 4 milhões de euros no âmbito da Estratégia Local de Habitação para construção e reabilitação de habitações.-----

No eixo 4- Projetar Constância como destino cultural e turístico enquanto factor de projecção de “Constância- Vila Poema” e promoção do desenvolvimento cultural que tem um peso na estrutura do orçamento de 6%, como é possível apenas um investimento na ordem dos 77.00 euros na sub-rubrica “Potenciar Constância como um destino turístico”, sendo que 50, 00 euros se destinam ao CCV e em que por exemplo a sinalética turística tenha de 2022 a 2026 a rubrica aberta com 1 euro. E ainda neste eixo a ausência uma de uma estratégia clara de Afirmção de Constância através da marca Camões;-----

-Quanto ao eixo 5- Promover a proximidade do cidadão enquanto factor proporcionador a uma gestão mais transparente e participativa está afeta uma verba de 405,00 euros cujo peso na estrutura do orçamento não chega a 0,01% sem verbas alocadas ao projeto.-----

--No eixo 6- Estimular a valorização ambiental e da floresta enquanto factor motivador de uma utilização sustentável dos recursos que tem um peso na estrutura do orçamento de 13%, destaca-se pela positiva a verba adstrita às equipas de intervenção permanente dos Bombeiros Voluntários de Constância, mas lamenta-se no âmbito da defesa da floresta contra incêndios o investimento de apenas 10.000,00 euros em 2022 nas faixas de gestão combustível.-----

Quanto ao eixo 7- Melhorar a qualidade dos serviços enquanto facto motivador de satisfação interna e externa a penas uma nota para refletir: o peso de 51% do orçamento com uma verba de 4.322 824,00 euros.-----

Em suma, vemos com preocupação a ausência de projectos estruturantes que concretizem

a missão do município de Constância: Constância Solidária, competitiva, atrativa, Moderna e integrada.-----

Consideramos, contudo, que há medidas que merecem a nossa concordância, tais como a intenção da criação da praia fluvial, a construção dos balneários no Campo de Futebol em Montalvo, a conservação dos equipamentos do município a realização de atividades culturais e desportivas a que deram continuidade dos anteriores mandatos autárquicos da CDU, o projeto para a Requalificação da Rua principal e Estrada das Hortas, entre outras.- Por último, ainda poderíamos compreender as dificuldades do Sr. Presidente quando afirma que foi um orçamento difícil de fazer e que nas GOP não fossem mencionadas rubricas estratégicas por razões técnico /contabilísticas. O que não podemos compreender nem aceitar é que tratando-se do início de um ciclo autárquico, o Senhor presidente na nota introdutória não explique com detalhe a estratégia de desenvolvimento do concelho levando-nos a pensar que se trata de uma gestão de navegação à vista.-----

Aliás, como é possível não mencionar a necessidade de resolver o problema da Ponte sobre o Tejo como factor de estrangulamento do concelho e essencialmente o definhar da freguesia de Santa Margarida da Coutada? -----

Assim, pelos motivos enunciados anteriormente, os eleitos da CDU na não poderão votar favoravelmente a proposta dos Documentos Previsionais para o período de 2022 – 2026 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) pelo que o seu sentido de voto é a abstenção.-- Constância, 28 de Dezembro de 2021.-----

Os eleitos da CDU- Coligação Democrática Unitária”.-----

Anexo III

Recomendação

“Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Constância e, tendo em conta o teor deste assunto, cabe-me a responsabilidade da apresentação desta Recomendação à Câmara Municipal para que se possa pronunciar.-----

1 - É fundamental que as forças políticas e as instituições efetuem as reformas necessárias de forma a fomentar uma maior transparência. -----

Só assim, se conseguirá uma maior aproximação dos cidadãos e consequentemente a sua inserção na atividade cívica ativa. -----

2 – O Presidente da Assembleia Municipal de Constância, propõe que a Assembleia Municipal de Constância, na sua reunião de 28 de dezembro de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Constância o seguinte: -----

A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) é uma pessoa coletiva de direito privado, constituída nos termos do artº 2º da Lei 59/98 que, nos termos do artº 20º, nº 1 dos seus Estatutos, tem como objetivo “valorizar o papel das Assembleias Municipais, na organização democrática dos Municípios”.-----

Nos termos do artº 3º dos estatutos, são Associados da Associação Nacional das Assembleias Municipais os Municípios representados pelo Presidente da Assembleia Municipal, cujas Assembleia Municipais hajam deliberado a sua adesão à Associação.-----

Uma vez que o que se pretende é a representação institucional do Município, a deliberação de adesão deve ter a pronúncia dos dois órgãos, que compõem a pessoa coletiva Município, ou seja, o órgão deliberativo e o órgão executivo.-----

A Associação Nacional de Assembleias Municipais é constituída neste momento por uma maioria de Municípios a nível Nacional e Ilhas, atingindo o número de cerca de duas centenas de associados.-----

A quota a pagar anualmente por municípios com 4 000 eleitores ou menos, é de 675 euros. Considero oportuna e adequada neste momento, a adesão do Município de Constância, reforçando esta Associação, que não pretende substituir, mas ao contrário complementar, o papel da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto associação de direito público.-----

Assim, visa esta Recomendação que a Câmaras Municipal de Constância proponha a esta Assembleia Municipal que delibere a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais, designando como representante do Município o Senhor Presidente da



Assembleia Municipal.-----

Assembleia Municipal de Constância, 28 de dezembro de 2021”-----